

FONTE : J GLOBO

CLASS. : Incentivos Fiscais

DATA : 18 10 88

PG. : 5

Terça-feira, 18 de outubro de 1988

Ipea: Fraudes em projetos da Amazônia

BRASÍLIA — Apenas dez por cento dos projetos agropecuários financiados com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) são realmente implantados, apesar de a maioria receber o certificado de implantação. Pouquíssimos dos projetos iniciados tornaram-se rentáveis. Os incentivos concedidos pelo Governo para desenvolvimento da região, na maioria dos casos, acaba se transformando em doação. Essas são algumas das conclusões do Relatório de Incentivos Fiscais, elaborado há dois anos por técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), do Ministério do Planejamento, sobre os investimentos oficiais na Amazônia.

O cancelamento de 90 projetos provocou prejuízo de aproximadamente CZ\$ 14.850 bilhões ao Governo. Segundo o documento, que é o último estudo realizado sobre a aplicação dos recursos do Finam, na maior parte das vezes o dinheiro é desviado para aplicações no mercado financeiro.

Parasitas

LEVANTAMENTO do Tribunal de Contas da União mostra que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal andou cuidando muito menos de árvores do que de parasitas.

EM 1987, o IBDF gastava apenas 20 por cento de seus recursos no desenvolvimento e fiscalização de projetos florestais, parques e reservas. Não mantinha dados atualizados sobre desmatamento na Amazônia Legal, sobre a política florestal e de

preservação do meio ambiente. E nada era feito sobre a escassez de pessoal — que redundava no absurdo de um funcionário para tomar conta de mais de 2 milhões de hectares.

POUCO mudou nesse quadro, e o TCU prepara inspeção extraordinária no IBDF.

ISTO poderá abrir caminho para uma reforma do órgão. Que seja urgente, enquanto ainda temos florestas para proteger.

Apesar das restrições decorrentes do "Programa Nossa Natureza", a expectativa é de que o Finam receba CZ\$ 120 bilhões para serem aplicados no próximo ano. Os projetos agropecuários ficarão com 50 por cento.

— Algumas empresas fizeram dos incentivos fiscais um negócio especulativo. Receberam os recursos previstos e, praticamente sem iniciar o projeto, obtiveram o certificado de implantação, para, em seguida, colocá-lo à

venda ou abandoná-lo — diz o relatório.

Os técnicos do Ipea constataram que a prática das queimadas é generalizada e adotada nos projetos financiados pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Isso tem levado ao aparecimento de regiões de clima árido e à destruição da vegetação, que, de acordo com as exigências da Sudam, deveria corresponder a 50 por cento da área utilizada.

Em visitas a 33 áreas de projetos financiados com recursos do Finam, os técnicos constataram que apenas quatro estavam realmente implantadas. Descobriram também que a maioria dos projetos se localizavam em terras em situação irregular, alguns deles em propriedades griladas. Há até um projeto sendo implantado no Parque Indígena do Xingu. Os projetos analisados apresentaram baixíssimo rendimento — apenas três eram rentáveis. Na pesquisa, ficou comprovado que os projetos produziam apenas

15,7 por cento do que apresentaram como proposta original.

● IBDF — A Polícia Federal de Minas instaura hoje inquérito para apurar as responsabilidades em 20 incêndios ocorridos este ano no Parque Nacional da Serra da Canastra. O Delegado Adjunto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Marco Aurélio Della Lúcia, adiantou ontem que pelo menos três fazendeiros serão indiciados.

Entre os indiciados está Eurípedes Andrade, acusado de ser o responsável pelo incêndio que, na madrugada de domingo, destruiu quatro mil dos 71,5 mil hectares do Parque. Della Lúcia informou que os fazendeiros poderão ser condenados até a um ano de prisão, uma vez que serão acusados de provocar danos à União.

Andrade, de acordo com o Delegado Adjunto do IBDF, teria colocado fogo em sua fazenda, vizinha ao Parque da Serra da Canastra, e as chamas, levadas pelo vento, atingiram o Parque.

Esta é a primeira vez que o IBDF aciona em Minas a Polícia Federal para intervir em casos de incêndios em parques. O Parque da Serra da Canastra está com 53.355 mil hectares queimados, ou seja, 74,60 por cento de sua área total.